

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.076 - GO (2019/0263767-4)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 16ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA - GO**
INTERES. : **ALMIRA MARIA DE OLIVEIRA**
INTERES. : **METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo de Direito da 25ª Vara Cível de Goiânia/GO e o Juízo da 16ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, nos autos de Reclamação Trabalhista movida por Almira Maria de Oliveira contra Metrobus Transporte Coletivo S/A.

O Juízo de Direito da 25ª Vara Cível de Goiânia/GO suscitou o presente Conflito, argumentando: "a contratação temporária de trabalho de servidores pela administração pública direta ou indireta, então prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, tem natureza nitidamente administrativa, observando-se, em regra, o regime estatutário ou jurídico-administrativo nesse referido tipo de recrutamento. Contudo, cumpre ressaltar que em casos como o ora avaliado, em que o referido sinalagma foi baseado na Lei Estadual nº. 13.196/97, que prevê expressamente a adoção do regime celetista para a contratação temporária de servidor estadual admitido sem concurso público, outro caminho não deve ser seguido que o da observância das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho" (fl. 9, e-STJ).

Mediante o despacho de fl. 16, e-STJ, foi oficiado o referido juízo suscitante, para que promovesse a correta instrução do feito e providenciasse cópias da decisão do juízo suscitado e da petição inicial, além de outras peças que considerasse necessárias para o deslinde da questão.

Às fls. 21/23, e-STJ, o Juízo de Direito da 25ª Vara Cível de Goiânia/GO respondeu ao despacho fazendo um breve relato da lide.

O MPF opinou pelo não conhecimento do Conflito em parecer assim ementado:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM E JUSTIÇA DO TRABALHO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATO TEMPORÁRIO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DAS PEÇAS NECESSÁRIAS PARA DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. NÃO CONHECIMENTO. I – Não constando dos autos a decisão do Juízo Suscitado, acolhendo ou declinando a competência, tampouco quaisquer outras peças referentes ao processo originário, que esclareça o vínculo da relação de emprego da parte autora, resta inviabilizada a definição da competência para seu processamento. II – Não há como se conhecer do conflito, mormente quando nem mesmo após solicitadas as informações, foram trazidos os documentos necessários ao exame do feito. III – Parecer

pelo não conhecimento do conflito de competência.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4.11.2019.

Nos termos do art. 66, I, do CPC/2015, haverá Conflito de Competência quando dois ou mais juízes se declararem competentes ou incompetentes para o processamento e julgamento de determinado feito.

Verificado que a instrução do presente feito encontrava-se deficiente, ante a ausência de cópias essenciais à aferição de eventual Conflito Negativo de jurisdição, sobretudo de decisão declinatória de foro proferida pela Justiça do Trabalho, determinei a vinda aos autos da referida documentação e da cópia da petição inicial.

Ocorre que o juízo suscitante respondeu ao despacho fazendo um breve relato da lide, sem contudo juntar as peças requeridas (fls. 20-24, e-STJ).

"Para que o conflito de competência seja conhecido, o suscitante deverá instruir a inicial com os documentos necessários à comprovação da existência do alegado conflito, e, no caso, ausentes tais peças, impõe-se o não conhecimento do incidente" (AgRg no CC 130.312/BA, Relator Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, DJe 6/12/2013).

Nesse sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO ESTADUAL E TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES PÚBLICOS.

LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA INICIAL DA AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. DOCUMENTO ESSENCIAL AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ART.

953, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015.

1. Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal e Registros Públicos de Goiânia/GO e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, nos autos de Ação Cautelar Inominada e Principal ajuizada pela Federação das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Municipais do Estado de Goiás e pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil contra a Confederação dos Servidores e Funcionários Públicos das Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais, na qual se discute a legitimidade ativa para o recebimento de contribuições sindicais.

2. Nos termos do art. 953, parágrafo único, do CPC/2015, para a elucidação da controvérsia, é necessária a devida instrução do Conflito, com a juntada de peças indispensáveis, tais como petições iniciais e atos decisórios.

3. Na hipótese em exame, o Juízo suscitante, embora instado, desatendeu a determinação de instrução do Conflito com as peças essenciais

à compreensão e deslinde da controvérsia, qual seja, cópia da Ação Cautelar Inominada, inviabilizando, assim, o conhecimento do incidente.

4. Conflito de Competência não conhecido. (CC 153.145/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 02/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONEXÃO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO INCIDENTE.

1. A demanda foi inicialmente proposta perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Curitiba/PR, postulando a declaração de nulidade das infrações capituladas no Processo Administrativo no 50500.074000/2007-68. Todavia, referido juízo acolheu a alegação de conexão levantada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT entre o presente feito e Ação Ordinária n. 2009.34.00.031109- 3, que tramitava que perante o Juízo da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

2. Determinei a conversão em diligência. Todavia, Coordenadoria da Primeira Seção certificou que "passados mais de 60 dias da reiteração do pedido de informações ao juízo suscitante, este jaz silente até o momento."

3. O conflito de competência não merece conhecimento, em razão da ausência de documentos essenciais para a compreensão exata do conflito, o que torna inviável a comprovação do incidente, nos termos do art. 118 do CPC.

Agravo regimental improvido. (AgRg no CC 125.994/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 25/11/2013)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DO TRASLADO DA DECISÃO DO JUÍZO SUSCITADO. ART. 118/CPC.

- A ausência da cópia da decisão proferida pelo juízo suscitado obsta a verificação da existência de conflito entre o Juiz de Direito e o Tribunal de Justiça estadual.

- "Não pode suscitar conflito a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência". (art. 117 do CPC) - Conflito não conhecido.

(CC 44.107/RN, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/03/2006, DJ 17/04/2006, p. 162)

Assim sendo, constatado o desatendimento da determinação legal (art. 953, parágrafo único, do CPC/2015), fica inviabilizado o conhecimento do

Superior Tribunal de Justiça

Conflito suscitado, diante da ausência das peças essenciais à demonstração do incidente.

Ante o exposto, **não conheço do Conflito de Competência.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator